



# Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

### NOVA REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 34/2022

Altera a Lei nº 4.493, 21 de dezembro de 2016, que *Dispõe sobre a criação e implantação dos Conselhos Escolares nas instituições de ensino da rede municipal.*

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aprova:

**Art. 1º** A Lei nº 4.493, 21 de dezembro de 2016, que *Dispõe sobre a criação e implantação dos Conselhos Escolares nas instituições de ensino da rede municipal*, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º [...]

- I - Diretor da Unidade Escolar;
- II - representante da equipe pedagógica;
- III - representante do corpo docente;
- IV - representante da equipe técnico-administrativa;
- V - representante da equipe auxiliar operacional (serviços gerais);
- VI - representante dos pais de alunos ou responsáveis;
- VII - representante da Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF;
- VIII - representante dos movimentos sociais organizados da comunidade (Associação de Moradores, Sindicatos, Instituições Religiosas, Conselhos Comunitários, Conselho Municipal de Saúde, entre outros);
- IX - representante dos alunos matriculados no Ensino Fundamental – séries iniciais e/ou Educação de Jovens e Adultos – EJA.

[...]” (NR)

“Art. 9º O Conselho Escolar, de acordo com o princípio da representatividade que abrange toda a comunidade escolar, terá assegurado na sua constituição a paridade e a seguinte proporcionalidade:

- I - máximo de 80% (oitenta por cento) para categoria de profissionais da escola;

*Handwritten signature/initials.*



# Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

II - máximo de 20% (vinte por cento) para a categoria comunidade local da escola;

[...]" (NR)

"Art. 11. [...]

I - [...]

a) até 80 (oitenta) alunos:

1. 1 (um) representante da equipe pedagógica;
2. 1(um) representante do corpo docente (professores);
3. 1(um) representante da equipe técnico-administrativa;
4. 1(um) representante da equipe auxiliar operacional (serviços gerais);
5. 1 (um) representante dos pais de alunos ou responsáveis;
6. 1 (um) representante da APMF;
7. 1(um) representante dos movimentos sociais organizados da comunidade (Associação de Moradores, Sindicatos, Instituições Religiosas, Conselhos Comunitários, Conselho Municipal de Saúde, entre outros).

b) acima de 80 (oitenta) alunos:

1. 2 (dois) representantes da equipe pedagógica;
2. 2 (dois) representantes do corpo docente (professores);
3. 2 (dois) representantes da equipe técnico-administrativa;
4. 2 (dois) representantes da equipe auxiliar operacional (serviços gerais);
5. 2 (dois) representantes dos pais de alunos ou responsáveis;
6. 2 (dois) representantes da APMF;
7. 2 (dois) representantes dos movimentos sociais organizados da comunidade (Associação de Moradores, Sindicatos, Instituições Religiosas, Conselhos Comunitários, Conselho Municipal de Saúde, entre outros).

II - [...]

a) até 300 (trezentos) alunos:

1. 1 (um) representante da equipe pedagógica;
2. 1(um) representante do corpo docente (professores);
3. 1(um) representante da equipe técnico-administrativa;
4. 1(um) representante da equipe auxiliar operacional (serviços gerais);
5. 1 (um) representante dos pais de alunos ou responsáveis;
6. 1 (um) representante da APMF;
7. 1 (um) representante dos alunos matriculados na EJA – séries iniciais;
8. 1 (um) representante dos movimentos sociais organizados da comunidade (Associação de Moradores, Sindicatos, Instituições Religiosas, Conselhos Comunitários, Conselho Municipal de Saúde, entre outros);

b) acima de 300 (trezentos) alunos:

1. 2 (dois) representantes da equipe pedagógica;

Per 2





# Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

8. 1 (um) representante dos movimentos sociais organizados da comunidade (Associação de Moradores, Sindicatos, Instituições Religiosas, Conselhos Comunitários, Conselho Municipal de Saúde, entre outros);

b) acima de 300 (trezentos) alunos:

1. 2 (dois) representantes da equipe pedagógica;
2. 2 (dois) representantes do corpo docente (professores);
3. 2 (dois) representantes da equipe técnico-administrativa;
4. 2 (dois) representantes da equipe auxiliar operacional (serviços gerais);
5. 2 (dois) representantes dos pais de alunos ou responsáveis;
6. 2 (dois) representantes da APMF;
7. 2 (dois) representante dos alunos matriculados na EJA – séries iniciais;
8. 2 (dois) representantes dos movimentos sociais organizados da comunidade (Associação de Moradores, Sindicatos, Instituições Religiosas, Conselhos Comunitários, Conselho Municipal de Saúde, entre outros).

[...]” (NR)

“**Art. 12.** O Diretor do estabelecimento de ensino, legalmente constituído, em conformidade com a legislação pertinente, é membro nato do Conselho Escolar.” (NR)

“**Art. 20.** O Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário do Conselho Escolar serão eleitos por seus pares, na primeira reunião ordinária a ser convocada após a posse.” (NR)

“**Art. 21.** [...]”

§ 1º [...]

I - os alunos regularmente matriculados na unidade escolar a partir de 9 (nove) anos de idade, conforme § 1º, do art. 8º, desta Lei;

II - representante do corpo docente (professores);

III - representante da equipe técnico-administrativa;

IV - representante da equipe auxiliar operacional (serviços gerais);

V - representante dos pais de alunos ou responsáveis;

VI - representante da Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF;

VII - representante dos movimentos sociais organizados da comunidade (Associação de Moradores, Sindicatos, Instituições Religiosas, Conselhos Comunitários, Conselho Municipal de Saúde, entre outros).

*Alc*



# Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

“Art. 24. [...]”

I - 1 (um) representante da equipe pedagógica;

II - 1 (um) representante do corpo docente (professores);

III - 1 (um) representante da equipe técnico-administrativa;

IV - 1 (um) representante da equipe auxiliar operacional (serviços gerais);

V - 1 (um) representante dos pais de alunos ou responsáveis;

VI - 1 (um) representante da APMF;

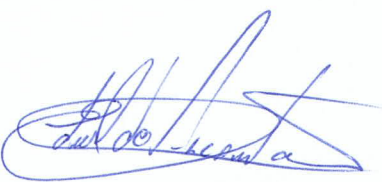
VII - 1 (um) representante dos movimentos sociais organizados na comunidade (Associação de Moradores, Sindicatos, Instituições Religiosas, Conselhos Comunitários, Conselho Municipal de Saúde, entre outros).” (NR)

“Art. 26. Os direitos, deveres, proibições e sanções dos Conselheiros, além dos constantes nesta Lei, serão definidos e descritos em seu Estatuto.” (NR)

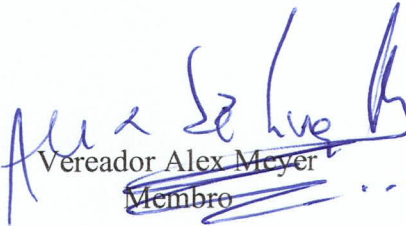
**Art. 2º** Ficam integralmente revogados os arts. 23 e 25 da Lei nº 4.493, 21 de dezembro de 2016 e o Decreto nº 26.338, de 2 de maio de 2018.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Comissões, 05 de abril de 2022.

  
Vereador Edivaldo Alcântara  
Vice-Presidente

  
Vereadora Anice Gazzaoui  
Presidente

  
Vereador Alex Meyer  
Membro